

DOSSIÊ

O MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS NO BRASIL: DE 2019 A 2022

*THE YOUTH LABOR MARKET IN BRAZIL:
FROM 2019 TO 2022*

Rosana Katia Nazzari* 

Maria Rosa Rodrigues da Silva** 

* Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Departamento de Ciências Econômicas, Cascavel-PR, Brasil.
knazzari@hotmail.com

** Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Departamento de Ciências Econômicas, Cascavel-PR, Brasil.
maria.rosarodrigues@hotmail.com

RESUMO

A população jovem brasileira é formada por 37 milhões de pessoas na faixa etária entre 15 e 24 anos, que enfrentam alguns obstáculos para ingressar e permanecer no mercado de trabalho. Entre esses desafios estão a alta taxa de desemprego e um sistema educacional deficitário para seu desenvolvimento tecnológico imposto pelo processo de globalização. Esses problemas foram reforçados pela crise econômica e sanitária da covid-19. Assim, o objetivo central deste estudo é analisar o mercado de trabalho para os jovens no Brasil, nos anos de 2019 a 2022, nos períodos anteriores e posteriores à pandemia. Para avaliar os resultados, foi utilizada a estatística descritiva, sendo possível observar um aumento na evasão escolar, na dependência financeira e no número de jovens buscando emprego, no período de pandemia, mas com perspectivas positivas a partir de 2022.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Juventude; Brasil.

ABSTRACT

The Brazilian youth population comprises thirty-seven million people aged between 15 and 24 years old, who face some obstacles to enter and remain in the labor market, among them: the high unemployment rate, and a deficient educational system for their technological development imposed by the globalization process. These problems were reinforced by the economic and health crisis of COVID-19. The central objective of this study is to analyze the job market for young people in Brazil in the years 2019 to 2022, in the periods before and after the pandemic. Descriptive statistics were used to evaluate the results, making it possible to observe an increase in school dropouts, financial dependence and the number of young people looking for a job during the pandemic period, but with positive perspectives from 2022 onwards.

KEYWORDS: Labor Market; Youth; Brazil.

INTRODUÇÃO

A globalização e a velocidade das inovações tecnológicas marcam o cenário econômico do século XXI. As descobertas acontecem a todo tempo e impõem sérios desafios para a produtividade e técnicas de trabalho nos países, de forma global. O Brasil já enfrentava um déficit de produtividade e inovação, e isso se agravou muito no cenário de crise sanitária. Ao déficit de produtividade e mão de obra especializada para suprir as necessidades das novas tecnologias, soma-se o arranjo de desemprego, crise econômica, escassez de alimentos e assistência social insuficiente no período da pandemia de covid-19, o que levou a um aumento da pobreza e da fome, afetando, de forma contundente, os países periféricos.

No caso brasileiro, a pobreza atinge 19 milhões de pessoas e, ao menos, 9,1 milhões de crianças de 0 a 14 anos em situação de extrema pobreza (vivendo com renda *per capita* mensal de, no máximo, R\$ 275,00), ou seja, sem a possibilidade de suprir suas necessidades materiais básicas, segundo dados da Fundação Abrinq (2022). Além da população infantil, a população juvenil é impactada e torna-se importante tema de estudo nas ciências socioeconômicas. Este estudo pretende contribuir para elucidar a situação da população juvenil no Brasil.

Define-se a população estudada pelos parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n.º 8.069/1990) (BRASIL, 1990), que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Pelo artigo 2º, considera-se criança, para os efeitos do ECA, a pessoa de até 12 anos incompletos. Assim, essa população é a principal impactada pela insegurança alimentar, o que, em médio e longo prazos, pode comprometer seu desenvolvimento físico e mental.

Em 2023, conforme estimativa, a população jovem do Brasil seria formada por mais de 37 milhões de pessoas na faixa etária entre 15 e 24 anos, o que corresponde a pouco mais de 16% da população

nacional (IBGE, 2022). Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, ©1996–2023), do total de jovens brasileiros, 52% estão ocupados no mercado de trabalho, um terço destes recebe até um salário-mínimo e cerca de 36% destes frequentam a escola. Do total dos jovens, 71% apenas estudam, 14% estudam e trabalham, e 22% estão fora da escola e do mercado de trabalho, sendo esse percentual formado por mulheres e negros ou pardos. As mulheres que não estudam nem trabalham dedicam boa parte do tempo a serviços domésticos, cerca de 26 horas semanais, enquanto, para os jovens do sexo masculino, esse período é reduzido a 11 horas.

Diante do exposto, é possível observar que existem certos obstáculos que comprometem a trajetória e o desenvolvimento profissional dessa parcela da população. Entre os desafios, pode-se citar as altas taxas de desemprego, o trabalho informal, a insegurança em permanecer trabalhando e pouca perspectiva de avanço na carreira. “Somado a isso o jovem ainda encontra um sistema educacional carecido de ajustes e melhorias para ser eficiente” (RODRIGUES, 2017, p. 12).

Conforme pesquisa realizada pelo Atlas das Juventudes (2022), o efeito da pandemia sobre a vida profissional do jovem também vem afetando, além da renda, as formas de trabalho e o ingresso no mercado de trabalho. Cerca de 36% dos jovens entraram no mercado de trabalho durante a pandemia. Desse percentual, 41% trabalhavam para complementar a renda da família. O mesmo estudo aponta que o modelo educacional *on-line* no período pandêmico pode ter proporcionado um impacto grande na qualidade educacional e na formação do jovem para o mercado de trabalho.

Em países desenvolvidos, o ingresso do jovem no mercado de trabalho geralmente ocorre após a conclusão da graduação. No entanto, o cenário brasileiro está longe dessa realidade, haja vista as desigualdades entre sexo, cor, classe social e escolaridade. Cabe ao Estado e governos dispor de políticas e ações públicas que amenizem essa realidade (CORROCHANO *et al.*, 2008).

De acordo com a OIT (©1996–2023), em 2017, havia quase 70,9 milhões de jovens desempregados no mundo. Isso representa 13,1% da taxa de emprego juvenil global. Em países emergentes e em desenvolvimento, 16,7% dos jovens trabalhadores vivem com rendas inferiores à linha da extrema pobreza. Estima-se que, no mundo, 21,8% dos jovens não estão estudando ou trabalhando. Destes, 76,9% são mulheres. Entre 2017 e 2030, a força de trabalho global juvenil aumentará em 25,6 milhões, e os países precisam dar respostas para as novas demandas que se anunciam.

A esses contextos adversos, sejam de ordem interna ou externa, enfrentados habitualmente pelos jovens, soma-se uma pandemia sem precedente, desfavorecendo ainda mais essa parcela da população. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), na taxa de desocupação por idade, entre o primeiro trimestre de 2012 até o terceiro trimestre de 2021, os maiores percentuais estão entre os jovens entre 14 e 17 anos; em seguida, os jovens de 18 a 24 anos. Porém, na média total dos resultados, ficaram os indivíduos entre 25 e 39 anos. Nesse sentido, é importante verificar o cenário do trabalho juvenil no Brasil, primeiramente devido à lacuna de estudos sobre o tema, segundo para entender a qualidade e a *performance* do mercado de trabalho dos jovens no Brasil, no período de 2019 a 2022.

Assim, a pergunta a ser respondida é como a pandemia de covid-19 afetou a vida profissional do jovem brasileiro. Nesse sentido, o objetivo-geral deste estudo foi analisar o mercado de trabalho para os jovens, no Brasil, nos anos de 2019 a 2022. Para isso, apresentou as características do mercado de trabalho para os jovens em 2020 e 2021 conforme ocupação, independência financeira, situação de trabalho e setores empregados; apresentou as características do mercado de trabalho para os jovens no primeiro semestre de 2019 e no primeiro semestre de 2022, o emprego e o desemprego conforme sexo, raça e cor, grau de instrução e renda média do jovem; e comparou as características do mercado de trabalho jovem entre os anos de 2019 e 2022, analisando como o mercado se comportou, antes, durante e após a pandemia de covid-19, para os jovens de 15 a 24 anos.

Como metodologia, utilizou-se de informações publicadas pelo Atlas das Juventudes (2022), sendo elas relacionadas à ocupação, independência financeira, situação de trabalho e setores em que os jovens estão empregados. Esses dados foram coletados entre os anos de 2020 e 2021, e serão apresentados na forma de gráfico, com a finalidade de avaliar o comportamento da vida financeira e econômica dos jovens durante o apogeu da pandemia de covid-19.

Para outra parte da análise, foram coletados microdados disponibilizados pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) (IBGE, 2022), contendo informações referentes à população geral e população jovem, percentual de jovens empregados e desempregados, em quais os setores estão empregados, trabalho formal e informal, e renda do jovem no Brasil. Os dados coletados são alusivos ao primeiro semestre de 2019 e ao primeiro semestre de 2022, para analisar o comportamento do mercado de trabalho para os jovens no Brasil, no período antes e pós-pandemia.

Para o desenvolvimento da avaliação, será utilizada estatística descritiva. Para Guedes *et al.* (2005, p. 1), “Estatística é a ciência que apresenta processos próprios para coletar, apresentar e interpretar adequadamente conjunto de dados”. Segundo Santos (2018), estatística descritiva é um conjunto de procedimentos e técnicas por meio dos quais se recolhe, organiza, sintetiza e descreve os dados. Para melhor observação dos dados, eles também serão apresentados em forma de gráficos, com o intuito de analisar o mercado de trabalho para os jovens no Brasil nos anos de 2019 a 2022.

MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS

Segundo o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013), são considerados jovens os indivíduos com idades entre 15 e 29 anos. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e para a Organização Mundial da Saúde (OMS), são considerados jovens os indivíduos entre 15 e 24 anos. Para uma melhor parametrização, utiliza-se o conceito destas últimas para este estudo.

A definição de jovem, todavia, vai além da idade, pois é preciso considerar o contexto em que esse indivíduo habita, uma vez que seu desenvolvimento e sua trajetória dependem de determinadas condições, sejam elas sociais, culturais ou socioeconômicas. Assim, entende-se que:

A juventude constitui uma complexidade de situações que se expressam de diferentes formas na vida de cada jovem. Por isso, não é recomendável pensar em uma trajetória linear quando o assunto é educação e trabalho, cada jovem seguirá seu percurso conforme os determinantes sociais e culturais que está inserido. Portanto, é preciso que as políticas para a juventude sejam pensadas nesse sentido, respeitando as especificidades desse segmento, aliando suas necessidades a seus direitos. (FERNANDEZ e NUNES, 2016, p. 67).

O conceito de juventude pode ser definido por uma faixa etária, um período da vida, um limitador populacional, uma categoria social, uma geração, e todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade (FREITAS, ABRAMO e LEÓN, 2005).

Assim, o conceito de juventude é visto como um grupo específico cujas experiências de vida o tornam diferente de outras gerações (MELO e

BORGES, 2007). Outros aspectos a se considerar ao diferenciar o termo *juventude* é que “[...] os jovens são diferentes entre si, a depender de sua classe social, sexo, cor/raça, mas são também sujeitos que vivem em um determinado contexto social, econômico e político” (CORROCHANO *et al.*, 2008, p. 9). Logo, é possível deduzir que o ingresso do jovem no mercado de trabalho procede do cenário em que ele se desenvolveu, que pode ser favorável ou não.

A legislação brasileira voltada para atender aos interesses da população juvenil ainda é relativamente recente. Compreender os aspectos sociais, culturais e histórico do jovem é fundamental para o reconhecimento de sua relação com o trabalho. Dessa forma, é de grande relevância desenvolver programas e políticas sociais objetivas que envolvam e auxiliem seu acesso ao mercado de trabalho. Entre os fatores que dificultam a entrada do jovem no mercado de trabalho, destaca-se o excedente de mão de obra já disponível no mercado. O jovem, com menos experiência e conhecimento, acaba sendo prejudicado em seu primeiro emprego, sujeitando-se a condições de trabalho e salários inferiores (RODRIGUES, 2017).

Nesse sentido, se comparado ao grupo adulto, sendo, no caso brasileiro, a faixa etária entre 30 e 55 anos, o jovem passa mais tempo em condição de desempregado, hipoteticamente por falta de experiência no mercado de trabalho. Todavia, o período na condição de desemprego é menor para jovens do sexo masculino, chefes de família e que disponham de uma graduação (PEREIRA, ORELLANA e ARAGÓN, 2022).

As questões relacionadas aos jovens no Brasil vêm sendo apresentadas de forma segmentada. Entre os aspectos que influenciam a interação do jovem no mercado de trabalho estão o generalizado cenário de violência e a piora nos sistemas de educação (POCHMANN, 2007). As transformações dentro do mercado de trabalho, estas ocasionadas por mudanças no cenário econômico, como também a introdução de novas tecnologias, têm gerado mudança no âmbito trabalhista, exigindo

mais capacitação profissional e pessoal, atingindo cada vez mais o jovem que busca seu primeiro emprego (SILVA e COSTA, 2019). Ainda sobre o primeiro emprego, pode-se dizer que:

Uma iniciação digna no mercado de trabalho exige uma formação de qualidade que envolve desde o ensino fundamental e médio até o ensino superior. Portanto torna-se relevante o entendimento de como e onde o nível de formação dos jovens irá impactar na empregabilidade dos mesmos, ou seja, de que maneira os aspectos da formação acadêmica irão interagir com a vida profissional dos jovens. (RODRIGUES, 2017, p. 15).

O Brasil é um país que apresenta certa discrepância entre classes socioeconômicas. É possível afirmar que milhares de jovens estão longe de iniciar-se dignamente no mercado de trabalho, pois a maioria não tem condições ou o entendimento de que:

A formação dos adolescentes, que na maioria das vezes faz parte da classe baixa do país e que precisam do trabalho para sustentar a família e a si mesmo, se trata de um investimento no futuro, visto que são os mesmos que farão parte de uma sociedade economicamente ativa e que trarão riquezas para o Brasil. Contudo, entender o que regulamente as políticas/ programas públicos que auxiliam e capacitam os jovens para o mercado de trabalho é de suma importância para as empresas e a sociedade em geral. (SILVA e COSTA, 2019, p. 968).

O abandono escolar precoce dos jovens que precisam ajudar na complementação da renda é recorrente nas famílias de classe e renda mais baixas. Outro fator que leva à fuga do sistema educacional é que os jovens não estão aprendendo, e a escola não faz sentido para eles (SCHWARTZMAN e COSSÍO, 2015).

Há conquistas legais na área da educação, no Brasil, que levaram o ensino a ser um direito para todos; no entanto, algumas famílias não incentivam seus filhos a irem às escolas, nem mesmo sabem a importância da escolaridade para a vida e o mercado de trabalho. Assim, devido à situação financeira, poucos conseguem concluir o ensino médio, haja vista a necessidade de trabalhar logo cedo, para garantir sua sobrevivência e de sua família, tendo de abandonar os estudos.

Com isso, o círculo vicioso gerado pelo baixo nível de educação e as condições socioeconômicas precárias, as quais elevam às taxas de evasão entre os jovens de baixa renda, é resultado da necessidade da inserção precoce no mercado de trabalho (SCHWARTZMAN e COSSÍO, 2015).

Destacam-se as adversidades que impedem o ingresso do jovem brasileiro no mercado de trabalho, entre elas, os vários contrastes econômicos das famílias brasileiras. Pode-se dizer que a criação e a execução de políticas e programas públicos requerem um esforço no sentido de atingir, de forma eficiente, o público a quem são destinados. Entender como estão organizadas as políticas desenvolvidas para dar oportunidades ao jovem no mercado de trabalho é tarefa para o próximo item.

AS CONDIÇÕES DE EMPREGO E DESEMPREGO DO JOVEM BRASILEIRO

As questões relacionadas ao emprego e desemprego do jovem têm sido causa de crescente preocupação dos governos e da sociedade em geral. Essas questões podem estar relacionadas às transformações socioeconômicas ocorridas no início do século XXI e que tiveram seus efeitos no desenvolvimento do mercado de trabalho. Com isso, jovens e adultos se deparam com os desafios de se ingressar, manter e permanecer dentro dessa esfera (MORAES *et al.*, no prelo).

Com a pandemia de covid-19, o número de jovens desempregados que buscavam trabalho havia pelo menos um ano aumentou de 29,9% para 38,8% na comparação entre o primeiro trimestre de 2013 e o primeiro trimestre de 2019. O fenômeno possibilita o aumento no número de jovens ingressando na informalidade. Entre 2012 e 2018, 53% dos jovens entre 15 e 29 anos adentraram no mercado de trabalho informal (IPEA e MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

Sabe-se que a falta de experiência é um dos fatores que dificultam a inserção do jovem no mercado de trabalho. Atrelados a isso estão os altos custos dos encargos sociais, pois o empresário, ao ter a possibilidade de escolher entre um jovem inexperiente ou um adulto com experiência comprovada, tendo os mesmos custos de contratação, vai escolher a segunda alternativa. Para mitigar esse cenário, a opção seria investir na qualificação do jovem, para que este ganhe experiência, e reduzir os custos de contratação para quem emprega a mão de obra jovem. Essa estratégia é adotada em países avançados, para enfrentar períodos de recessão, em que não há absorção da mão de obra jovem (PASTORE, 2020). Ainda com relação à falta de experiência, pode-se dizer que:

Quanto menos informações disponíveis, maior é o risco enfrentado pelo empregador ao contratar um trabalhador que pode não ter um desempenho satisfatório. Nesse sentido, contratar um jovem seria mais arriscado, pois eles tentem a ter baixos níveis (se houver) de experiência no mercado de trabalho. Isso, portanto, explicaria as maiores dificuldades encontradas pelos jovens, independentemente do contexto econômico. (IPEA e MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020, p. 101).

Nessa direção, é importante observar o mercado de trabalho para os jovens, no Brasil, antes e depois da pandemia de covid-19, como se destaca a seguir.

A PANDEMIA DE COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL BRASILEIRO NOS ANOS DE 2020 E 2022

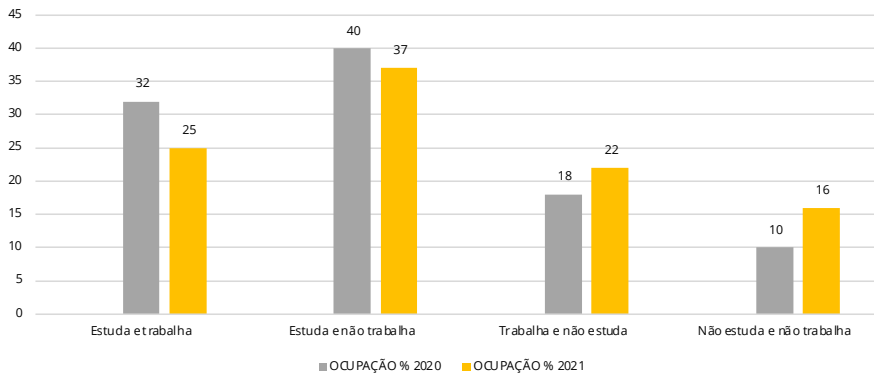
O fim do ano de 2019 foi marcado pelo início de uma pandemia que levaria o mundo a uma recessão, já nítida no início de 2020. Desencadeou-se a queda no nível de ocupação e produção de vários países, levando ao fechamento de empresas e ao distanciamento social. Com relação ao mercado de trabalho brasileiro, houve um aumento no número de desempregados, a recessão dos salários, os gastos das reservas financeiras das famílias e a desproteção social. Até o fim de 2020, os trabalhadores mais afetados foram aqueles que estavam na informalidade, com maior desamparo social. A queda no número de pessoas ocupadas e horas trabalhadas resultou numa contração nos rendimentos do trabalho, atingindo principalmente os menores salários. Dessa forma, a pandemia pode ter desencadeado a pior crise do mercado de trabalho brasileiro, impactando diretamente os níveis de emprego e de renda (MATTEI e HEINEN, 2022).

Com relação ao cenário do mercado de trabalho para os jovens, conforme o Atlas das Juventudes (2022), várias questões envolveram a participação dos jovens na vida econômica familiar no período entre 2020 e 2021. Para a divulgação da primeira e da segunda edição, foram ouvidos mais de 100 mil jovens entre 15 e 29 anos. Assim, fez-se um apanhado, apresentando os resultados no que diz respeito à ocupação, dependência financeira, situação de trabalho e em que trabalham. Para iniciar, o gráfico a seguir (Figura 1) apresenta um comparativo entre os anos de 2020 e 2021 no quesito ocupação.

Em 2020, o percentual dos jovens que estudavam e trabalhavam era de 32%; em 2021, esse índice foi de 25%; redução, portanto, de 7%. Com relação aos jovens que estudavam e não trabalhavam, também houve um leve decréscimo, passando de 40%, em 2020, para 37% em 2021. Já a relação dos jovens que trabalhavam e não estudavam era de 18% em 2020, passando para 22% em 2021. O relatório destaca que, dos jovens

que estavam trabalhando, 54% estudavam, e 46% não. Ingressaram no mercado de trabalho durante a pandemia 36% deles. Esse percentual é representado da seguinte forma: 10% eram jovens entre 15 e 17 anos; 50%, de 18 a 24 anos; e 40%, nas idades de 25 a 29 anos.

Figura 1. Percentual de jovens e sua ocupação na pandemia nos anos de 2020 e 2021



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Atlas das Juventudes (2022).

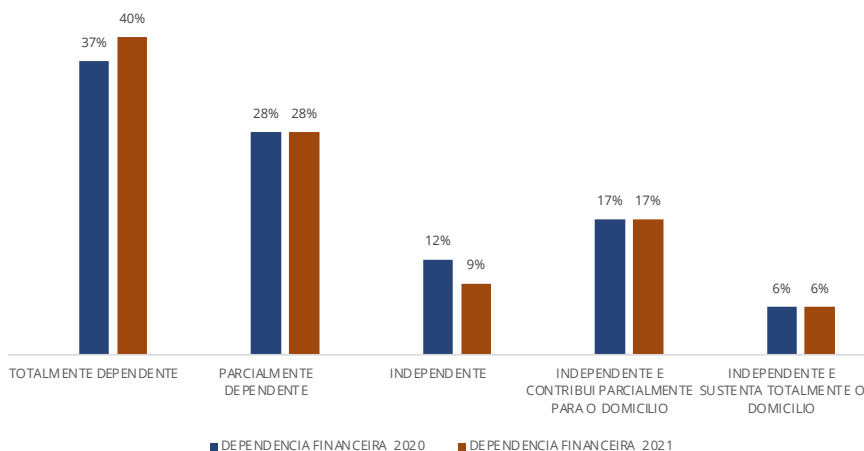
O que chama atenção é o aumento percentual de jovens que não estudavam e não trabalhavam, que passaram de 10%, em 2020, para 16%, em 2021, do que se deduz o abandono dos estudos por parte dos jovens. Conforme Schwartzmann e Cossío (2015), a evasão escolar é um fator determinante, que interfere negativamente na inserção do jovem no mercado de trabalho.

O gráfico a seguir (Figura 2) mostra a dependência financeira do jovem. É possível verificar que, em 2021, 40% dos jovens entre 18 e 24 anos se diziam totalmente dependentes financeiramente; em 2020, eram 37%.

Nota-se uma pequena variação na participação do jovem na vida econômica da família, com uma tendência à redução dos independentes financeiramente, que passaram de 12%, em 2020, para 9%, em 2021.

Uma variação de 3%, que é a mesma diferença percentual dos jovens totalmente dependentes (37%, em 2020, passando para 40%, em 2021), deduzindo-se uma migração de população.

Figura 2. Percentual de jovens e sua dependência financeira nos anos de 2020 e 2021



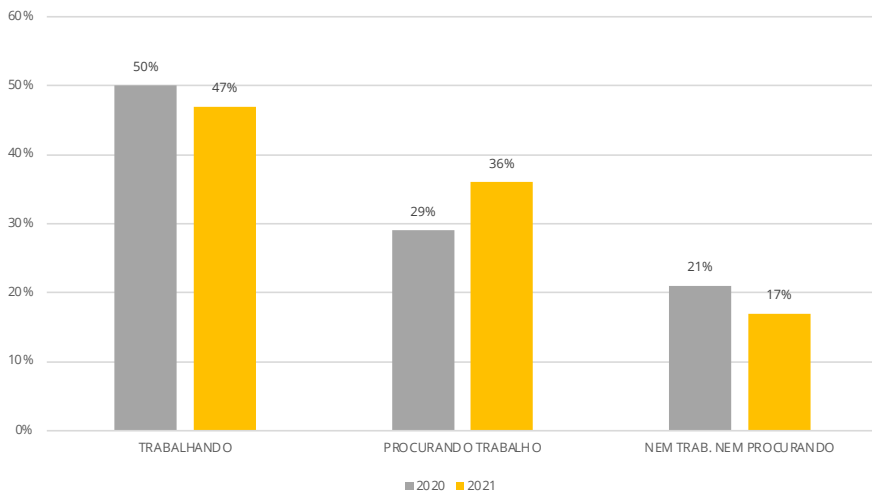
Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Atlas das Juventudes (2022).

No próximo gráfico (Figura 3), será exposta a situação de trabalho do jovem durante a pandemia. É possível observar uma queda no percentual de jovens que estavam trabalhando, passando de 50% em 2020 para 47% em 2021, e daqueles que não trabalhavam nem procuravam trabalho, que eram 21% em 2020, passando para 17% em 2021. Houve, contudo, um aumento no percentual de jovens que estavam procurando por trabalho: em 2020, eram 29%, passando para 36% em 2021.

Os jovens entrevistados foram questionados quanto à situação de trabalho, se essa era em virtude da pandemia. A questão foi apresentada apenas para o ano de 2021. Dos 47% que estavam trabalhando,

15% responderam que sim, a situação de trabalho era resultado da pandemia; 32% responderam que não era resultado da pandemia. Os que estavam procurando trabalho somavam 36%; destes, 23% responderam que procuravam trabalho por conta da pandemia; já 13% disseram que não. Por fim, os jovens que não estavam trabalhando nem procurando trabalho somavam 17%; destes, 5% afirmavam que se encontravam nessa situação em virtude da pandemia, e 12% responderam que não. A seguir, tem-se a classificação das áreas onde os jovens estavam empregados.

Figura 3. Situação de trabalho do jovem na pandemia

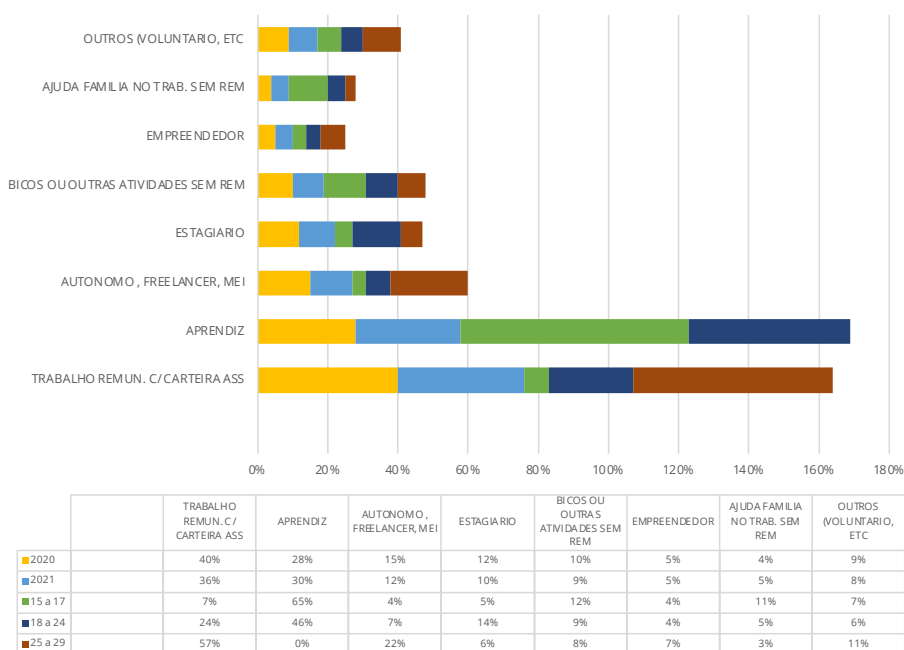


Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Atlas das Juventudes (2022).

Pode-se observar que o maior percentual é de jovens que trabalham com carteira assinada. Em 2020, eram 40%, caindo para 36%, em 2021. Deve-se destacar que os percentuais dentro dessa categoria são formados, em sua maioria, por jovens entre 25 e 29 anos, alcançando 57%. Com relação ao grupo de interesse, os jovens de 15 a 24 anos, é

possível verificar que a maioria da população estava empregada como aprendiz. Houve leve alta, passando de 28% em 2020 para 30% em 2021; desse percentual, 65% eram jovens entre 15 e 17 anos, e 46% entre 18 e 24 anos. Já os autônomos, *freelances* e MEI apresentaram baixa de 15% para 12%, sendo representados pela maioria dos jovens entre 25 e 29 anos. Os estagiários passaram de 12% para 10% e eram formados por 14% dos jovens entre 18 e 24 anos. Os que realizavam trabalhos esporádicos sem carteira assinada passaram de 10% para 9%. Os que ajudaram familiares sem receber remuneração passaram de 4% para 5%, sendo sua maioria também os jovens entre 15 e 17 anos. E, por fim, os voluntários, ou outros, passaram de 9% para 8%.

Figura 4. Jovem trabalhando: o que fazem?



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Atlas das Juventudes (2022).

Diante do cenário apresentado, é possível observar que o efeito da pandemia sobre a vida profissional do jovem afetou não apenas a renda e as formas de trabalho, mas também o ingresso no mercado de trabalho e, principalmente, a educação. A maioria dos jovens que trabalhavam também estudavam e ajudavam os que dependiam de seu salário.

O item a seguir apresenta as informações referentes aos anos que antecederam a pandemia e o período pós-covid-19.

O MERCADO DE TRABALHO JOVEM NOS ANOS DE 2019 E 2022

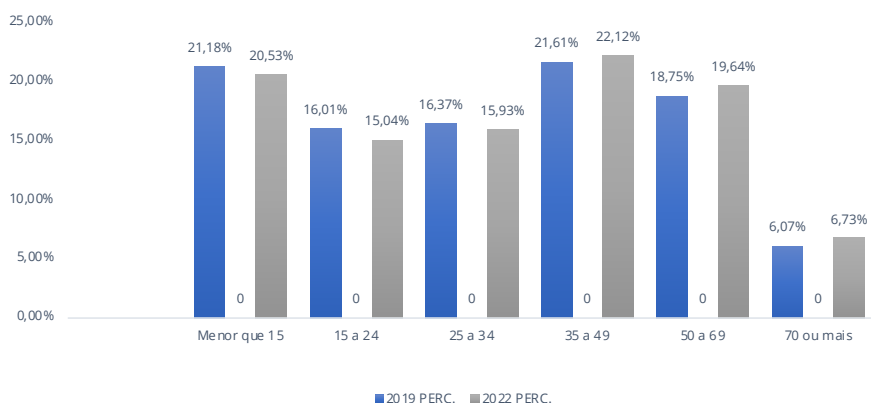
Conforme mencionado anteriormente, nosso objeto de estudo são os jovens nas idades entre 15 e 24 anos. A escolha se deve à parametrização em torno do conceito de juventude. A maioria dos órgãos internacionais tem por definição os jovens dentro dessa faixa etária. Os dados a serem analisados referem-se ao primeiro semestre de 2019 e ao primeiro semestre de 2022. No gráfico a seguir (Figura 5), apresenta-se a parcela da população representada por esses indivíduos.

É possível observar uma queda no percentual de indivíduos menores de 15 anos e um aumento significativo na população entre 50 e 69 anos, e 70 anos ou mais. Esse dado aponta para a afirmação dos estudos que discutem acerca da pirâmide etária invertida. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), até 2060, a maioria da população brasileira será formada por indivíduos entre 55 e 74 anos. Isso não afetará somente o mercado de trabalho, mas causará mudança demográfica, com efeitos sobre a economia em geral (IBGE, 2022).

Houve também um decréscimo no percentual dos indivíduos entre 15 e 24 anos, passando de 16,01%, no primeiro semestre de 2019, para 15,04%, no primeiro semestre de 2022. O próximo gráfico (Figura 6)

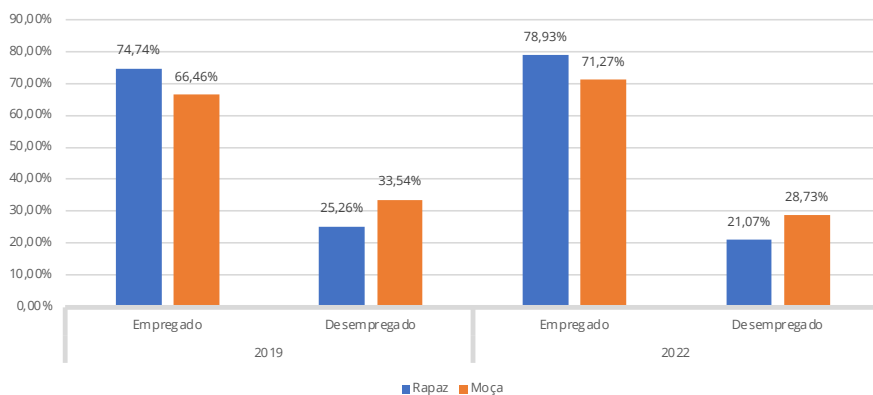
apresenta o percentual de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos segundo a taxa de emprego, desemprego e sexo.

Figura 5. Percentual total da população brasileira por idade em 2019 e 2022



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no PNAD (IBGE, 2022).

Figura 6. Porcentagem de jovens brasileiros segundo a taxa de desemprego e sexo (%)

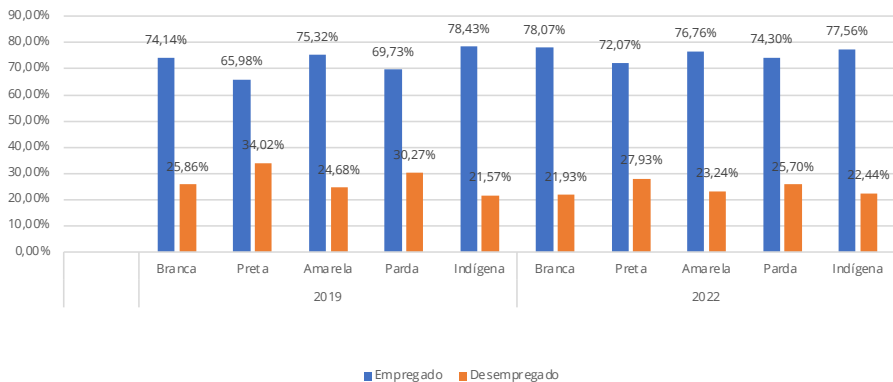


Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no PNAD (IBGE, 2022).

Pode-se notar que o número de empregados aumentou no primeiro semestre de 2022 se comparado ao primeiro semestre de 2019. Consequentemente, o desemprego apresentou leve declínio. Acredita-se que o pós-pandemia seja um período com perspectivas favoráveis aos jovens.

Quando analisado o percentual de jovens desempregados, vê-se um aumento do percentual de moças ou meninas em relação aos rapazes; já quanto aos empregados, elas representam menor percentual em ambos os anos. Isso reforça a existência de desigualdades no que diz respeito ao sexo. No entanto, essas desigualdades também são presentes quando se trata de raça e cor, conforme apresentado no gráfico seguinte (Figura 7).

Figura 7. Jovens brasileiros empregados/desempregados conforme raça e cor



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no PNAD (IBGE, 2022).

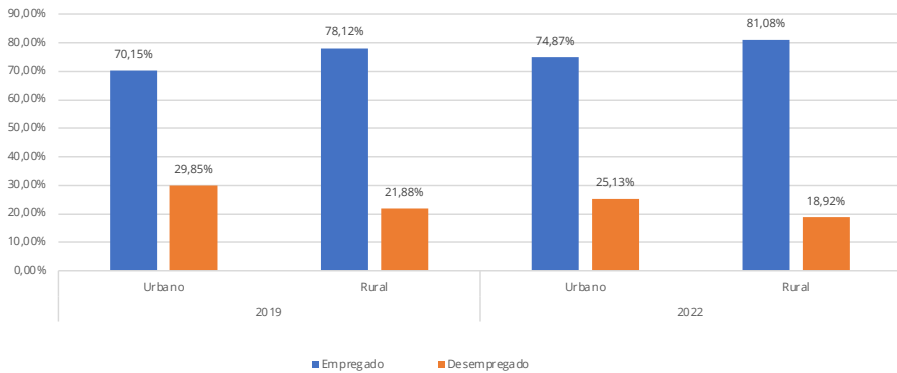
As informações apresentadas na Figura 7 dizem respeito à porcentagem de trabalho em relação à própria população, dividida entre raça e cor. Nota-se que as maiores variações percentuais entre emprego e desemprego estão concentradas entre os pretos e pardos, apresentando

uma melhora em 2022 em comparação a 2019; ou seja, dos jovens pretos entre 15 e 24 anos, em 2019, 65,98% estavam empregados e, em 2022, o índice subiu para 72,07%. Quanto ao desemprego, era de 34,02% em 2019, caindo para 27,93% em 2022. Em relação aos pardos, os empregados, em 2019, eram 69,73% e, em 2022, 74,30%; os desempregados eram 30,27% em 2019 e, em 2022, passaram para 25,70%. A população que apresentou menor variação, mas com maiores percentuais, é a formada por indígenas, visto que iniciaram no trabalho auxiliando principalmente na produção de artesanato, o que o IBGE já contabilizou como trabalho. Quanto ao regime de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), segundo dados de 2020 do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) (BRASIL, 2021), o número de indígenas com carteira assinada vem crescendo devido à expansão da oferta de ensino superior no Brasil, em especial o ensino a distância (EaD), o que facilita o acesso para esse público. Não é novidade que, não apenas para os indígenas, mas para a população em geral, a educação é o principal fator para a inclusão e permanência do indivíduo no mercado de trabalho.

Em relação à escolaridade, pode-se observar que, dentro de cada população, há declínio do desemprego quando o indivíduo apresenta um maior grau de instrução ou mais anos de estudo. Essa mesma parcela apresenta o maior percentual entre os empregados, dando destaque para o primeiro semestre de 2022, pois houve um aumento percentual de 5,07% se comparado ao primeiro semestre de 2019: passou de 80,28% para 85,35%.

Segundo Leone e Portilho (2018), o grau de instrução é uma variável que permite uma ocupação e rendimentos mais adequados. No entanto, se observa um percentual maior de emprego relativo à população juvenil sem qualificação profissional. Deduz-se que isso ocorre devido ao contexto socioeconômico característico do Brasil, no qual ainda se demanda mão de obra braçal; no entanto, é conclusivo que essa população dispõe de condições de trabalho e salários inferiores.

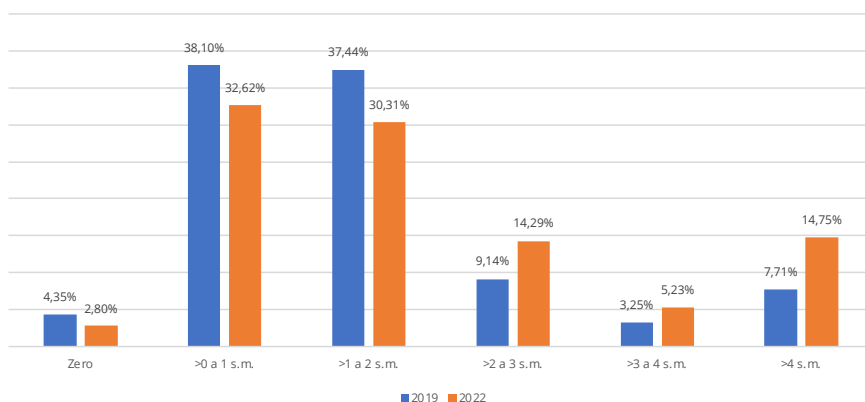
Figura 8. Percentual de jovens de empregados e desempregados por domicílio 2019 e 2022 (%)



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no PNAD (IBGE, 2022).

Nesse cenário, observa-se um percentual de empregados maior no setor rural, com elevação entre o período analisado, passando de 78,12% em 2019 para 81,08% em 2022. Isso se deve, na maioria das vezes, ao auxílio que o jovem presta na propriedade da família. Quanto ao nível de desemprego, o maior percentual está entre os jovens que residiam nos centros urbanos. O que também é possível verificar é que, se comparados os dois anos, houve aumento significativo no percentual de empregados. No âmbito urbano, esse número passou de 70,15% em 2019 para 74,87% em 2022. No setor rural, passou de 78,12% em 2019 para 81,08% em 2022. No gráfico seguinte (Figura 9), avalia-se a renda do jovem.

Com relação à renda, aparentemente, os jovens passaram a ganhar mais em 2022. Houve redução no percentual dos jovens que não dispunham de renda e entre os que recebiam até dois salários-mínimos, e um aumento nos percentuais relacionados a rendas superiores.

Figura 9. Percentual de jovens empregados em 2019 e 2022 conforme a renda (%)

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no PNAD (IBGE, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, com foco no período entre 2019 e 2022, indica que o efeito da pandemia na vida ocupacional do jovem teve alguns pontos a serem ponderados. Entre eles estão o aumento da evasão escolar durante a pandemia, da dependência financeira do jovem e o crescimento do número de jovens procurando por trabalho, sendo que, para a maioria, a situação foi provocada como consequência da pandemia de covid-19. Com relação ao primeiro semestre de 2022, se comparado ao primeiro semestre de 2019, percebe-se que o período, pós-pandemia, apresenta perspectiva positiva para o mercado de trabalho jovem, mesmo havendo diferenças de raça, sexo e cor.

Nota-se um cenário positivo, visto que há aumento no percentual de jovens empregados e melhora na renda. A respeito da pesquisa como um todo, nota-se, nos relatos das publicações utilizadas para este

trabalho, que a grande dificuldade na formulação de políticas públicas para formação e preparação do jovem para o mercado de trabalho está nas diferenças socioeconômicas, devido a peculiaridades regionais e socioeconômicas que o país apresenta.

Uma proposta para a questão abordada seria descentralizar o poder de formulação e aplicação das políticas e leis que garantam o amparo ao jovem, passando para cada estado a responsabilidade de criar mecanismos para que, juntamente com a população jovem, elaborem políticas que fortaleçam o que aquele estado tem de melhor, e políticas para minimizar os problemas mais graves que impactam o emprego e renda da juventude brasileira.

SOBRE AS AUTORAS

Rosana Katia Nazzari: Pós-doutora em Educação; doutora e mestra em Ciência Política pela UFRGS; economista; professora sênior da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Experiência nas áreas de Economia e Política, com ênfase em Cultura Política, Democracia e Desenvolvimento Socioeconômico, atuando principalmente nos seguintes temas: juventudes, capital social, políticas públicas e desenvolvimento. Grupo de Pesquisa em Governança (GPG) e Grupo de Pesquisa em Democracia e Desenvolvimento (GPDD) Unioeste. Pertence à Rede de Pesquisadores da Jubra.

Maria Rosa Rodrigues da Silva: Bacharel em Ciências Econômicas pela Unioeste, Campus Cascavel-PR.

REFERÊNCIAS

1. ATLAS DAS JUVENTUDES. Juventudes e a pandemia do coronavírus: e agora? Brasília: Atlas das Juventudes, 2022. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 25 mar. 2023.
2. BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Brasília: MTE, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/empregador/caged>. Acesso em: 20 dez. 2022.
3. BRASIL. Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12852.htm. Acesso em: 18 fev. 2022.
4. BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 17 fev. 2022.
5. CORROCHANO, Maria Carla *et al.* Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Ibi, 2008.
6. FERNANDEZ, Cristiane Bonfim; NUNES, Maísa Bruna de Almeida. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. *Katálysis*, v. 19, n. 1, p. 64-72, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100007>
7. FREITAS, Maria Virgínia de; ABRAMO, Helena Wendel; LEÓN, Oscar Dávila (Orgs.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
8. FUNDAÇÃO ABRINQ. Relatório anual 2021. São Paulo: Fundação Abrinq, 2022. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/noticias/confira-o-relatorio-anual-2021-da-fundacao-abrinq>. Acesso em: 13 nov. 2023.
9. GUEDES, Terezinha Aparecida *et al.* Estatística descritiva: Projeto de Ensino Aprender Fazendo Estatística. São Paulo: [s.n.], 2005. Disponível em: https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes_et al_Estatistica_Descritiva.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.
10. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Séries históricas: taxa de desocupação, por idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnadcontinua.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 13 fev. 2022.
11. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); MINISTÉRIO DO TRABALHO. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Brasília: IPEA; Ministério do Trabalho, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10398/7/bmt_70_insercao_jovens.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.
12. LEONE, Eugenia Troncoso; PORTILHO, Luciana. Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. *Temáticas*, v. 26, n. 52, p. 227-246, ago./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v26i52.11709>
13. MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Balanços dos impactos da crise da covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. *Katálysis*, v. 25, n. 1, p. 43-61, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82492>

14. MELO, Simone Lopes de; BORGES, Livia de Oliveira. A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 27, n. 3, p. 376–395, set. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000300002>
15. MORAES, Jhony Pereira *et al.* Juventude e inserção profissional: pensando a school-to-work para o Brasil. Porto Alegre. No prelo.
16. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Emprego juvenil. ©1996–2023. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/emprego/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 10 mar. 2022.
17. PASTORE, José. As dificuldades dos jovens no mercado de trabalho. *Correio Braziliense*, 3 jan. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/01/03/internas_opiniao,818003/artigo-as-dificuldades-dos-jovens-no-mercado-de-trabalho.shtml. Acesso em: 3 jan. 2020.
18. PEREIRA, Natália Terroso; ORELLANA, Vivian dos Santos Queiroz; ARAGÓN, Jorge Alberto Orellana. Duração do desemprego do jovem brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, v. 76, n. 3, p. 396–423, jul./set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/rybqpszyRRcZNM44GK8yKKH/>. Acesso em: 22 nov. 2022.
19. POCHMANN, Marcio. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. Campinas: Unicamp, 2007.
20. RODRIGUES, Thiago Machado. Juventude e mercado de trabalho no Brasil: formação e empregabilidade. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
21. SANTOS, Carla. Estatística descritiva: manual de autoaprendizagem. Lisboa: Sílabo, 2018.
22. SCHWARTZMAN, Simon; COSSÍO, Mauricio Blanco. Juventude, educação e emprego no Brasil. *Cadernos Adenauer – Geração Futuro*, v. 7, n. 2, p. 51–65, 2015. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/2007juventude.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2023.
23. SILVA, Andreza Bispo da; COSTA, Antonia Valdelucia. Políticas e programas públicos que oportunizam a inserção do jovem no mercado de trabalho. *Id on line – Revista de Psicologia*, v. 13, n. 43, p. 967–981, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v13i43.1571>

Submissão em: 29 jun. 2023

Aceito em: 04 jul. 2023



